COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.875, DE 2004

Modifica a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que “dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária”, para estendê-la aos Técnicos Agrícolas.

Autor: Deputado PAULO PIMENTA

Relator: Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY

I - RELATÓRIO

A iniciativa em epígrafe tem por escopo estender aos Técnicos Agrícolas 60% (sessenta por cento) do salário profissional fixado pela Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para os Engenheiros, Químicos, Arquitetos, Agrônomos e Veterinários.

Não foram recebidas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Os Técnicos Agrícolas desempenham suas atividades geralmente em condições insalubres e perigosas, envolvendo, inclusive, o manuseio de produtos altamente tóxicos.

Nada mais justo e coerente que o estabelecimento de um salário profissional mínimo, fixado em 60% (sessenta por cento) do que já percebe os Agrônomos.

A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, estabelece 02 (dois) salários profissionais, conforme consta de seus artigos 4º e 5º, *in verbis*:

“Art. 4º Para os efeitos desta Lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em :

- a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;
- b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea *a* do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea *a* do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea *b* do art. 4º.”

O projeto sugere a inclusão de um art. 7º-A ao texto da lei, fazendo menção aos “profissionais referidos no art. 1º”, ocorre que tais profissionais têm salários profissionais diferenciados, qual aplicar?

A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, privilegiou, na fixação dos respectivos salários profissionais, o tempo de escolaridade dos profissionais envolvidos. Para cursos superiores de duração inferior a quatro anos, o diploma legal estabeleceu um piso menor.

Como os Técnicos Agrícolas têm formação em nível médio, o mais correto é fixar o respectivo salário profissional em 60% (sessenta por

cento) do que já recebem os profissionais relacionados na alínea *b* do art. 4º da lei a que se almeja alterar.

Como o projeto sob apreciação tem somente um artigo, iremos aprová-lo na forma de um Substitutivo, inclusive com nova ementa, para melhor explicitar o conteúdo que se pretende alterar.

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.875, de 2004, na forma do **Substitutivo** em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.875, DE 2004

Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, “dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária”, para fixar o salário profissional dos Técnicos Agrícolas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 5º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, passa a vigor acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 5º.....

Parágrafo único. O salário profissional dos Técnicos Agrícolas é fixado em 60% (sessenta por cento) do valor estabelecido pelo *caput* para os profissionais relacionados na alínea *b* do art. 4º desta Lei.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY
Relator